Termos e Condições de Utilização

Plataforma CPP

Índice

1. Objeto e âmbito
1.1 Objeto dos Termos e Condições
1.2 Âmbito de aplicação e utilizadores abrangidos
2. Identificação do responsável pela Plataforma
2.1 Entidade responsável
2.2 Contactos institucionais
3. Aceitação dos Termos e Condições
3.1 Vinculação dos utilizadores
3.2 Representação de pessoas coletivas
4. Registo, conta de utilizador e credenciais
4.1 Criação de conta e acesso à Plataforma
4.2 Responsabilidade pelas credenciais
4.3 Dever de atualização da informação
5. Utilização da Plataforma
5.1 Regras gerais de utilização
5.2 Obrigações dos utilizadores
5.3 Utilizações proibidas
6. Candidaturas, procedimentos e regulamentos aplicáveis
6.1 Submissão de candidaturas e procedimentos
6.2 Regulamentos aplicáveis e prevalência
6.3 Comunicações no âmbito dos procedimentos
7. Conteúdos submetidos e responsabilidades
7.1 Responsabilidade pelos conteúdos submetidos
7.2 Garantias do utilizador
7.3 Utilização dos conteúdos pelo CPP
8. Propriedade intelectual
8.1 Direitos sobre a Plataforma e conteúdos institucionais
8.2 Limitações de utilização
9. Disponibilidade da Plataforma
9.1 Funcionamento e manutenção
9.2 Suspensão temporária do serviço
10. Suspensão e cessação de acesso
10.1 Suspensão ou bloqueio de contas
10.2 Consequências da cessação
11. Limitação de responsabilidade
11.1 Exclusões de responsabilidade
11.2 Limitação da responsabilidade do CPP
12. Proteção de dados pessoais
13. Alterações aos Termos e Condições
14. Lei aplicável e foro competente

1. Objeto e âmbito

1.1 Objeto e finalidade da Política de Privacidade

Os presentes Termos e Condições de Utilização (adiante, os Termos e Condições) regulam o acesso e a utilização da plataforma digital do CPP (adiante, a Plataforma), disponibilizada pelo Comité Paralímpico de Portugal (adiante, CPP).

Os Termos e Condições estabelecem, designadamente, as regras aplicáveis:

- ao registo e utilização da Plataforma;
- das finalidades para as quais esses dados são utilizados;
- à submissão, gestão e acompanhamento de candidaturas, quando aplicável;
- às obrigações e responsabilidades dos utilizadores;
- ao funcionamento geral da Plataforma.

1.2 Âmbito de aplicação

Os presentes Termos e Condições aplicam-se a todos os utilizadores que acedam ou utilizem a Plataforma, independentemente do meio ou dispositivo utilizado, incluindo:

- pessoas singulares que utilizem a Plataforma em nome próprio;
- pessoas singulares que atuem em representação de pessoas coletivas, designadamente entidades candidatas ou beneficiárias de medidas, programas ou apoios geridos pelo CPP.

A utilização da Plataforma encontra-se ainda sujeita aos regulamentos, normas e comunicações aplicáveis aos procedimentos desenvolvidos através da mesma, os quais poderão ser disponibilizados ou comunicados no âmbito da própria Plataforma.

2. Identificação do responsável pela Plataforma

2.1 Entidade responsável

A Plataforma é da responsabilidade do CPP, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, que assegura a sua gestão, manutenção e funcionamento, bem como a definição das regras aplicáveis à sua utilização.

2.2 Contactos institucionais

Para efeitos de contacto institucional relacionados com a Plataforma e com os presentes Termos e Condições, os utilizadores poderão contactar o CPP através do email geral@paralimpicos.pt.

3. Aceitação dos Termos e Condições

3.1 Vinculação dos utilizadores

O acesso e a utilização da Plataforma implicam a leitura, compreensão e aceitação dos presentes Termos e Condições por parte do utilizador.

Ao registar-se, aceder ou utilizar a Plataforma, o utilizador declara que aceita os presentes Termos e Condições e que se compromete a respeitá-los integralmente, bem como as demais normas, regulamentos e comunicações aplicáveis no âmbito dos procedimentos desenvolvidos através da Plataforma.

3.2 Representação de pessoas coletivas

Sempre que o utilizador atue em nome ou por conta de uma pessoa coletiva, declara e garante que dispõe dos poderes necessários para a representar, vinculando-a aos presentes Termos e Condições e aos atos praticados através da Plataforma.

O CPP reserva-se o direito de solicitar, a qualquer momento, a apresentação de documentos ou informações que comprovem os poderes de representação invocados, sempre que tal se revele necessário ou adequado, designadamente em situações de dúvida, inconsistência ou indícios de utilização indevida da Plataforma.

4. Registo, conta de utilizador e credenciais

4.1 Criação de conta e acesso à Plataforma

O acesso a determinadas funcionalidades da Plataforma depende da criação de uma conta de utilizador, mediante o fornecimento de informação verdadeira, completa e atualizada.

O CPP reserva-se o direito de recusar, suspender ou cancelar o registo de utilizadores sempre que existam indícios de utilização indevida da Plataforma, de prestação de informações falsas ou incompletas, ou de incumprimento dos presentes Termos e Condições.

4.2 Responsabilidade pelas credenciais

O utilizador é responsável por manter a confidencialidade das credenciais de acesso à sua conta, bem como por todas as atividades realizadas através da mesma. O utilizador compromete-se a notificar o CPP de imediato caso tenha conhecimento ou suspeita de utilização não autorizada da sua conta ou de qualquer outra violação de segurança relacionada com as suas credenciais.

4.3 Atualização da informação

O utilizador compromete-se a manter atualizados e corretos os dados fornecidos no âmbito do registo e da utilização da Plataforma, sendo responsável por quaisquer consequências decorrentes da prestação de informação desatualizada, incorreta ou incompleta.

5. Utilização da Plataforma

5.1 Regras gerais de utilização

A Plataforma deve ser utilizada de forma responsável, lícita e conforme às suas finalidades institucionais, designadamente no âmbito da submissão, gestão e acompanhamento de candidaturas e procedimentos promovidos pelo CPP.

O utilizador compromete-se a utilizar a Plataforma em conformidade com os presentes Termos e Condições, com os regulamentos aplicáveis e com a legislação em vigor.

5.2 Obrigações dos utilizadores

No âmbito da utilização da Plataforma, o utilizador compromete-se, designadamente, a:

- fornecer informações verdadeiras, completas e atualizadas;
- assegurar que dispõe de legitimidade para submeter informações, documentos ou dados, incluindo dados pessoais de terceiros, quando aplicável;
- utilizar a Plataforma exclusivamente para fins lícitos e compatíveis com as suas finalidades;
- respeitar os direitos e interesses do CPP e de terceiros.

5.3 Utilizações proibidas

É expressamente proibida a utilização da Plataforma para:

- fins ilícitos, fraudulentos ou contrários à ordem pública;
- introdução, transmissão ou difusão de conteúdos maliciosos, incluindo vírus ou outros elementos suscetíveis de comprometer a segurança ou o funcionamento da Plataforma;
- acesso não autorizado a sistemas, contas ou informações;
- qualquer atuação que possa causar prejuízos ao CPP, a outros utilizadores ou a terceiros, ou que comprometa a integridade, disponibilidade ou fiabilidade da Plataforma.

6. Candidaturas, procedimentos e regulamentos aplicáveis

6.1 Submissão de candidaturas e procedimentos

A Plataforma poderá ser utilizada para a submissão, gestão e acompanhamento de candidaturas, bem como para a execução e monitorização de procedimentos associados a medidas, programas ou apoios promovidos ou geridos pelo CPP.

A submissão de candidaturas e a participação nos procedimentos efetuados através da Plataforma ficam sujeitas às regras, condições e prazos definidos nos respetivos regulamentos, avisos, comunicações ou orientações disponibilizados no âmbito da Plataforma.

6.2 Regulamentos aplicáveis e prevalência

Os procedimentos desenvolvidos através da Plataforma regem-se pelos regulamentos específicos aplicáveis a cada medida, programa ou apoio, bem como por eventuais anúncios, avisos ou comunicações emitidas pelo CPP.

Em caso de conflito entre os presentes Termos e Condições e os regulamentos ou normas específicas aplicáveis a determinado procedimento, prevalecerão estas últimas, na medida do estritamente necessário à execução do procedimento em causa.

6.3 Comunicações no âmbito dos procedimentos

As comunicações efetuadas pelo CPP no âmbito dos procedimentos desenvolvidos através da Plataforma poderão ser realizadas por via eletrónica, designadamente através da própria Plataforma ou do endereço de correio eletrónico associado à conta de utilizador.

Para todos os efeitos, consideram-se efetuadas as comunicações disponibilizadas na Plataforma ou enviadas para os contactos indicados pelo utilizador, cabendo a este assegurar a consulta regular da Plataforma e a manutenção atualizada dos respetivos dados de contacto.

7. Conteúdos submetidos e responsabilidades

7.1 Responsabilidade pelos conteúdos submetidos

O utilizador é exclusivamente responsável pelos conteúdos, informações, documentos e dados submetidos através da Plataforma, designadamente no âmbito do registo, da submissão de candidaturas, da execução dos procedimentos ou de comunicações efetuadas no seu âmbito.

O utilizador garante que os conteúdos submetidos são verdadeiros, completos, atualizados e lícitos, não violando direitos de terceiros nem disposições legais ou regulamentares aplicáveis.

7.2 Garantias do utilizador

Ao submeter conteúdos através da Plataforma, o utilizador declara e garante, designadamente, que:

- dispõe de legitimidade para submeter os conteúdos e para disponibilizar quaisquer dados pessoais de terceiros neles incluídos;
- os conteúdos não infringem direitos de propriedade intelectual, direitos de personalidade, deveres de confidencialidade ou outras normas legais;
- os conteúdos não contêm informação ilícita, enganosa ou suscetível de causar prejuízos ao CPP ou a terceiros.

7.3 Utilização dos conteúdos pelo CPP

Sem prejuízo dos direitos dos respetivos titulares, o utilizador concede ao CPP uma licença não exclusiva, gratuita e limitada, pelo período necessário, para utilizar, reproduzir, armazenar, tratar e analisar os conteúdos submetidos através da Plataforma, exclusivamente para efeitos de gestão dos procedimentos, acompanhamento, avaliação, monitorização, auditoria, fiscalização e cumprimento de obrigações legais ou institucionais.

A utilização dos conteúdos pelo CPP é efetuada estritamente nos termos previstos nos presentes Termos e Condições, nos regulamentos aplicáveis e na Política de Privacidade.

8. Propriedade intelectual

8.1 Direitos sobre a Plataforma e conteúdos institucionais

A Plataforma, bem como todos os conteúdos institucionais nela disponibilizados, designadamente textos, imagens, logótipos, marcas, sinais distintivos, interfaces, funcionalidades, estrutura e organização, são propriedade do CPP ou de terceiros que legitimamente autorizaram a sua utilização, encontrando-se protegidos nos termos da legislação aplicável em matéria de propriedade intelectual e industrial.

Nenhuma disposição dos presentes Termos e Condições confere aos utilizadores quaisquer direitos de propriedade ou de utilização para além dos estritamente necessários à utilização da Plataforma, nos termos aqui previstos.

8.2 Limitações de utilização

É proibida a reprodução, modificação, distribuição, transmissão, disponibilização ou qualquer outra forma de utilização, total ou parcial, da Plataforma ou dos seus conteúdos institucionais para fins distintos dos previstos nos presentes Termos e Condições, sem autorização prévia e escrita do CPP ou do titular dos direitos em causa.

A utilização da Plataforma não confere aos utilizadores qualquer licença ou direito sobre marcas, logótipos ou outros sinais distintivos do CPP, salvo autorização expressa em sentido contrário.

9. Disponibilidade da Plataforma

9.1 Funcionamento e manutenção

O CPP envida os seus melhores esforços para assegurar o funcionamento regular da Plataforma, podendo, contudo, proceder a interrupções temporárias, programadas ou não, sempre que tal se revele necessário por motivos técnicos, de manutenção, atualização, segurança ou outros motivos operacionais.

Sempre que possível, o CPP procurará informar os utilizadores sobre interrupções programadas do funcionamento da Plataforma, sem prejuízo de situações urgentes ou imprevisíveis.

9.2 Suspensão temporária do serviço

O CPP reserva-se o direito de suspender temporariamente o acesso à Plataforma, total ou parcialmente, sempre que tal se revele necessário para:

- garantir a segurança dos sistemas e da informação;
- prevenir ou mitigar riscos técnicos ou operacionais;
- assegurar a integridade dos procedimentos desenvolvidos através da Plataforma;
- cumprir obrigações legais ou determinações de entidades competentes.

A suspensão temporária da Plataforma não confere aos utilizadores qualquer direito a indemnização ou compensação, sem prejuízo da aplicação das normas legais imperativas.

10. Suspensão e cessação de acesso

10.1 Suspensão ou bloqueio de contas

O CPP poderá suspender, limitar ou bloquear temporariamente o acesso do utilizador à Plataforma, total ou parcialmente, sempre que tal se revele necessário ou adequado, designadamente nas seguintes situações:

- incumprimento dos presentes Termos e Condições ou dos regulamentos aplicáveis;
- prestação de informações falsas, inexatas ou incompletas;
- utilização indevida, abusiva ou ilícita da Plataforma;
- existência de indícios de fraude, tentativa de manipulação de procedimentos ou violação da segurança;
- cumprimento de obrigações legais ou de determinações de entidades competentes.

Sempre que a natureza da situação o permita, o utilizador será informado da suspensão ou limitação do acesso, sem prejuízo da adoção imediata de medidas urgentes quando tal se revele necessário para salvaguardar a segurança, a integridade dos procedimentos ou os interesses do CPP.

10.2 Cessação de acesso

O CPP poderá proceder à cessação definitiva do acesso do utilizador à Plataforma quando se verifique uma violação grave ou reiterada dos presentes Termos e Condições, dos regulamentos aplicáveis ou da legislação em vigor.

A cessação de acesso à Plataforma não prejudica:

- a validade e os efeitos dos atos praticados anteriormente;
- a aplicação das normas e consequências previstas nos regulamentos aplicáveis aos procedimentos;
- o cumprimento de obrigações legais, contratuais ou institucionais.

11. Limitação de responsabilidade

11.1 Exclusões de responsabilidade

O CPP não é responsável por danos ou prejuízos resultantes de:

- interrupções, suspensões ou falhas de funcionamento da Plataforma que não lhe sejam diretamente imputáveis, designadamente as decorrentes de falhas de comunicações eletrónicas, redes, equipamentos ou serviços de terceiros;
- utilização indevida da Plataforma por parte dos utilizadores ou de terceiros;
- acesso não autorizado à conta do utilizador resultante do incumprimento dos deveres de confidencialidade das respetivas credenciais;
- atrasos, omissões ou erros decorrentes da prestação de informações falsas, inexatas ou incompletas por parte do utilizador.

11.2 Limitação da responsabilidade do CPP

Sem prejuízo das disposições legais imperativas aplicáveis, a responsabilidade do CPP por quaisquer danos resultantes da utilização da Plataforma encontra-se limitada aos casos de dolo ou culpa grave que lhe sejam diretamente imputáveis.

Em nenhuma circunstância poderá o CPP ser responsabilizado por danos indiretos, lucros cessantes ou prejuízos de natureza meramente patrimonial decorrentes da utilização da Plataforma, na medida do legalmente admissível.

12. Proteção de dados pessoais

O tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da utilização da Plataforma é efetuado nos termos da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente do Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

As informações relativas às categorias de dados tratados, às finalidades do tratamento, aos direitos dos titulares dos dados, às medidas de segurança adotadas e demais matérias relevantes encontram-se previstas na Política de Privacidade da Plataforma, a qual deve ser consultada pelo utilizador e faz parte integrante do enquadramento aplicável à utilização da Plataforma.

13. Alterações aos Termos e Condições

O CPP reserva-se o direito de alterar ou atualizar os presentes Termos e Condições sempre que tal se revele necessário, designadamente em resultado de alterações legislativas ou regulamentares, de orientações de entidades competentes ou de modificações no funcionamento da Plataforma.

Quaisquer alterações relevantes serão devidamente publicitadas através da Plataforma, sendo indicada a respetiva data de entrada em vigor. A utilização continuada da Plataforma após a publicação das alterações constitui presunção de que o utilizador tomou conhecimento da versão atualizada dos Termos e Condições, sem prejuízo dos direitos que lhe assistem nos termos da legislação aplicável.

14. Lei aplicável e foro competente

Os presentes Termos e Condições regem-se pela lei portuguesa.

Para a resolução de quaisquer litígios emergentes da utilização da Plataforma ou da interpretação ou aplicação dos presentes Termos e Condições, é competente o foro da comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro, sem prejuízo das disposições legais imperativas aplicáveis.